



EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.593.103/0001-78, através da Secretaria Municipal de Fazenda com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, por meio do setor de Licitações, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 11.664/2022, torna público aos interessados que no dia **26 de agosto de 2022 às 09:00 horas**, na Sala de Licitações, situada na Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, nesta cidade, fará realizar, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, processada nos autos do processo administrativo nº 111/2022, que será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações posteriores e, na Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014 e pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste Edital, visando a contratação de assessoria especializada em diagnóstico técnico situacional, elaboração de projetos, realização de consultoria com o fito de captação de recursos junto a instituições financeiras para financiamento, nos termos do objeto detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

A sessão de abertura da Tomada de Preços será realizada na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Fazenda de Monte Carmelo – MG, com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, iniciando-se às **09:00 horas do dia 26 de agosto de 2022**, e será conduzida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação designado pela Portaria 11.664/2022.

O Edital está disponível no site **www.montecarmelo.mg.gov.br**, maiores informações através do telefone 34-3842-5880, ou pelo e-mail: **licitacao@montecarmelo.mg.gov.br**.

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados de “assessoria na elaboração de projetos e orientações, buscando auxiliar o Município contratante na busca por financiamentos com instituições oficiais e autorizadas pelo Governo a fim de propiciar a modernização



da administração pública e/ou melhoria de infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

1.1.1. Além de outras especificações contidas neste edital, os serviços aqui colimados serão prestados de acordo com o Objeto Detalhado e outras prescrições contidas no Termo de Referência (Anexo I);

1.2. Os recursos para execução dos serviços acima expostos são provenientes dos cofres públicos municipais, conforme dotação orçamentária acostada neste edital.

2 – HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

2.1. Os interessados deverão protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às **09:00 horas do dia 26 de agosto de 2022**, no setor de Protocolos da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Avenida Olegário Maciel, 129, Primeiro Andar – Centro – Monte Carmelo – MG.

3. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. A sessão de abertura da Tomada de Preços será realizada na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Fazenda de Monte Carmelo – MG, com endereço à Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro, iniciando-se às 09:00 horas do dia 26 de agosto de 2022, e será conduzida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação designado pela Portaria 11.664/2022, terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “online” ao SICAF.

3.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº: 111/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022

EDITAL Nº: 07/2022

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE:



ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 111/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022

EDITAL Nº: 07/2022

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE:

3.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 2 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares.

4. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

4.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia



que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

4.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Monte Carmelo-MG para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

02.02.01.00.04.122.4001.00.2.105.3.3.90.39.99.0010 – F32/2 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. **Poderão participar** desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. **Não poderão participar** desta licitação:

6.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.4. Interessados que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

6.2.4.1 Interessados que estejam em recuperação judicial poderão participar desta licitação, desde que o pedido esteja homologado por juiz competente.

6.2.5. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.2.6. Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.7. Servidor deste Município;

6.2.8. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

6.2.9. Sociedades cooperativas;

6.2.10. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º, da Lei nº 8.666/93.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou Cadastro da Administração Pública contratante, em relação aos níveis habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, e entidades não credenciadas no referido sistema, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.



7.1.1. Os licitantes que não atendam aos requisitos para a emissão do Certificado de Registro Cadastral perante o SICAF ou Cadastro da Administração Pública contratante deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de Habilitação Cadastral até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993.

7.1.2. Os documentos da Habilitação Cadastral correspondem aos itens de (1) Habilitação Jurídica e (2) Regularidade Fiscal e Trabalhista exigidos neste edital, os quais deverão ser acondicionados em envelope, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.

7.1.3. A apresentação dos documentos da Habilitação Cadastral não isenta a entrega do envelope pertinente aos demais Documentos de Habilitação na ocasião oportuna fixada neste edital.

7.2. A título de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no Envelope nº 1:

7.3. Habilitação

7.3.1. Habilitação jurídica:

7.3.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.1.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.1.3. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.3.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.1.7. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação;

7.3.1.8. Prova de inscrição ou registro da CONTRATADA, junto ao Conselho Regional de Economia, que comprove atividade relacionada com o objeto.

7.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.3.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

7.3.2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

7.3.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.3.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.3.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.4. Todos os licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a declaração de cota de aprendizagem, por meio da apresentação, no envelope nº 1, dos documentos que seguem:

7.4.1. Qualificação técnica:

7.4.1.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, exigir-se dos interessados, sob pena de inabilitação, documentação relativa a:

7.4.1.2. Possuir equipe técnica integrada por profissionais com experiência no âmbito público e que comprove ter simultaneamente:

- No mínimo 01 (um) Economista;
- O vínculo da equipe técnica pode ser comprovado através de carteira de trabalho, quadro societário e contrato de prestação de serviços.

7.4.1.3. Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, estabelecidas no termo de referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, demonstrando como parcela de maior relevância técnica a execução dos serviços relacionados abaixo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Economia - CORECON:

- i. Projeto BNDES Automático;
- ii. Projeto BNDES FINEM – Modalidade Operação Direta;
- iii. Projeto FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO, da Caixa Econômica Federal - CAIXA.

7.4.1.4. Poderão ser juntados outros documentos que corroborem com a qualificação, tecnicidade e especialidade da empresa e da equipe técnica.

7.4.2. Qualificação econômico-financeira:

7.4.2.1. Certidão negativa de falência ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade



previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação;

7.4.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta;

7.4.2.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e arquivado na Junta Comercial;

7.4.2.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.4.2.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 01.

8. DA PROPOSTA

8.1. As propostas, em 02 (duas) vias, serão entregues nos Envelopes “2”, fechados, juntamente com os Envelopes “1”, - Documentos de Habilitação, na data hora e local determinado no preâmbulo deste Edital, impressas em papel timbrado, por processo mecânico ou informatizado, devidamente numeradas, rubricadas e assinadas por representante legal, contendo, obrigatoriamente, as peças adiante especificadas:

8.1.1. Carta – Proposta, da qual constarão, necessariamente, os seguintes elementos:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) da proponente, para contato;
- b) O prazo para execução dos serviços é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, conforme o Termo de Referência, contados da emissão da ordem de serviços;
- c) Valor da proposta em algarismo e por extenso, prevalecendo o último, em caso de divergência;
- d) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura dos envelopes de proposta de preço. Caso não seja indicado, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias;
- e) Assinatura da(s) pessoa(s) juridicamente habilitada(s).

8.1.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem as exigências do edital de convocação;
- b) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos moldes da lei de licitação, art. 48 e seus incisos e parágrafos.
- c) Propostas que apresentarem em sua composição, em qualquer fase do certame, com cópias de documentos sem a devida autenticação em cartório.
- d) Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, bem como preços unitários que apresentem valores manifestadamente excessivos, em desconformidade, portanto, com aqueles praticados no mercado.



9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.1.2. As declarações complementares deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

9.1.2.1. Certidão Simplificada expedida pela Junta comercial de sua sede comprovando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.1.2.2. A apresentação da certidão mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

9.1.2.3. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

9.4. A comissão processante da licitação poderá verificar, quando entender pertinente, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a atuação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao cadastro no SICAF;

9.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/CEIS);

9.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório;



- 9.5.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação;
- 9.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso;
- 9.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal;
- 9.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura;
- 9.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;
- 9.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório;
- 9.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram;
- 9.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes;
- 9.11. Será considerado inabilitado o licitante que:
- 9.11.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.11.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
- 9.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma será convocada para, no prazo de 05 dias úteis após solicitação da Comissão de Licitação, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período;
- 9.13. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização;
- 9.14. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O critério de julgamento será o menor preço global;

10.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo;

10.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

10.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta;

10.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

10.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de se aplicar o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 4.123, de 08 de abril de 2009.

10.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 01 (um), contados da comunicação da Comissão de Licitação.

10.6.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10%, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

10.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

10.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial;

10.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.9.1. Produzidos no País;

10.9.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.9.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

10.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.



10.12. Será desclassificada a proposta que:

10.12.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

10.12.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.12.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

10.12.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

10.12.5. Apresentar, na composição de seus preços:

10.12.5.1. Valores de mão de obra abaixo da legislação vigente e acordos coletivos;

10.12.6. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

10.12.6.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.

10.12.6.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

10.13. Será, ainda, desclassificada a proposta vencedora na qual se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital.

10.14. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.16. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 05 dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

10.17. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10.18. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10.19. O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



- 11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993;
- 11.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos;
- 11.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva;
- 11.4. Os recursos poderão ser realizados por petição dirigida ou protocolada na Comissão Permanente de Licitação na Avenida Olegário Maciel, 129 – Segundo Andar – Centro da Cidade de Monte Carmelo - MG nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:30 horas, e das 13:30 às 17:00 horas;
- 11.4.1. Os recursos e decisões serão publicados no site oficial da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo: www.montecarmelo.mg.gov.br. Os recursos também poderão ser enviados para o e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br.
- 11.5. O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 12.1. A licitação de que trata o presente Edital, poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou deverá ser anulada por ilegalidade pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, sem que, em decorrência de qualquer dessas medidas, tenham os participantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

13. DA HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

- 13.1. Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à apreciação da autoridade competente para homologação e adjudicação do objeto à licitante vencedora, convocando-a, após, para firmar as obrigações assumidas mediante contrato, dando-lhe a devida publicação.
- 13.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.
- 13.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a empresa a ser contratada deve apresentar toda a documentação jurídico-fiscal- trabalhista, autuada e válida à data da celebração do contrato, conforme previsto nos Art. 27-29 da Lei Federal nº 8.666/1993, a qual será anexada aos autos do processo.
- 13.2.1. Na hipótese de irregularidade jurídico-fiscal-trabalhista, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



13.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

14.2. O prazo de execução dos serviços é de no máximo 12 meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço, observado o cronograma fixado no Projeto Básico/Termo de Referência. A emissão das Ordens de Serviço está condicionada à existência de disponibilidade financeira.

14.3. A eventual reprovação das obras e serviços, em qualquer fase de execução, não implicará alteração do prazo, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

14.4. É proibido o retardamento imotivado da execução das obras ou serviços, ou de suas parcelas, salvo em razão de insuficiência financeira ou de comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado do ordenador despesas, mediante notificação à Contratada e através da respectiva Ordem de Paralisação.

14.5. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato, formalizada por meio de termo aditivo, será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento, na forma das Leis Federais nº 9.069, de 29.06.95 e nº 10.192/2001 de 14.02.2001. No entanto, caso o prazo previsto para execução das obras e serviços ultrapassem 12 (doze) meses, os preços serão reajustados com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, afetadas exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cuja execução se dê a partir daquele interregno em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da contratada.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e na minuta do Contrato.

17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:



17.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.2.3. Indenizações e multas.

19. DAS SANÇÕES

19.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20. DA IMPUGNAÇÃO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 05 dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

21.2. Os casos omissos e pendências que não estejam contempladas pelo texto do presente Edital, serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

21.3. Somente os membros da Comissão de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão o direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos, ou mesmo desistir deles, e assinar a Ata;



21.4. Caso haja necessidade de execução de serviços cujos preços não constarem da proposta contratada, os mesmos serão definidos pela Prefeitura, após solicitação e de acordo da Proponente, formalizados através de Termo Aditivo;

21.5. O Recebimento dos serviços objeto deste edital serão recebidos definitivamente pela administração posterior à fiscalização por meio da liquidação das notas enviadas, nos termos do art. 73, I, “a”, da lei 8.666/93;

21.6. A fiscalização do contrato vindouro ficará a cargo do Controle Interno e de servidor/gestor especialmente designado para tanto, segundo o Termo de Referência anexo a este edital;

21.7. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário oficial de Brasília.

21.8. Fica eleito o FORO para discussão deste Edital e do futuro contrato o da Cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais para dirimir as divergências oriundas desta licitação, com expressa renúncia de qualquer outro por mais vantagem que ofereça.

22. CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL;

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO IV - MODELO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES DE 18 ANOS;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);

ANEXO IX - MODELO RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será publicado no Site da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, estando a Comissão à disposição dos interessados no horário de 08:00 às 11:30 horas, e das 13:30 às 17h00 horas, nos dias de expediente normal.

Monte Carmelo/MG, 09 de agosto de 2022.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal Fazenda

Iscleris Wagner G. Machado
Presidente da CPL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

1. Objeto

1.1. Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

2. Justificativa

2.1. A presente contratação visa suprir necessidade do Município em obter assessoria técnica na elaboração de projetos para obtenção de financiamento nas áreas de infraestrutura, modernização da arrecadação municipal e outros. A captação de recursos financeiros no FINISA e através do BNDS e outros, depende de critérios específicos e projeto detalhado especialmente elaborado conforme a diretriz da entidade, de forma que o Município precisa de assessoria especializada e com conhecimento na área para poder formular proposta adequada e obter os recursos necessários.

Portanto, trata-se de contratação de serviços que a administração não dispõe em seu quadro de pessoal e que terão benefício efetivo e significativo para a administração pública.

3. Da Especificação dos Serviços e das Condições de Execução

3.1. Na execução dos serviços realizados a contratada deverá realizar os seguintes serviços:

I. Análise prévia e criteriosa a respeito da capacidade financeira e operacional do Município, com o fim de entregar diagnóstico sobre quais programas ou financiamentos o Município estaria apto a oferecer proposta, possibilitando à Administração Pública escolher entre os projetos que atendem aos programas de governo, realizando, para tanto:

- a. Análise econômico-financeira da gestão e patrimônio público, conforme relatórios fornecidos;
- b. Análise legislativa e do plano diretor, para identificar compatibilidade com os projetos;
- c. Verificação e análise da estrutura interna, física e de pessoal;
- d. Identificação das carências da gestão para apresentar projetos compatíveis com as mesmas.

II. Elaboração do projeto especificamente desenhado segundo as demandas e carências do Município, conforme análise e diagnóstico previamente elaborados, a fim de qualificar a o requerente e instituição que disponibilizará o crédito, definindo o programa de investimento mais adequado, criando orçamento e apresentando o projeto completo e compatível com as diretrizes da instituição financeira.



III. Assessorar o Município, após a formalização do projeto, no protocolo e acompanhamento da proposta de financiamento, orientando a gestão pública no saneamento de diligências, apresentação de documentos e saneamento de dúvidas.

3.2. Os serviços serão prestados observando as seguintes diretrizes:

- a) Prazo total: 12 meses a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Metodologia: Elaboração e apresentação dos seguintes relatórios:
 - i. Relatório prévio de diagnóstico, em até 30 dias após a emissão da ordem de serviço;
 - ii. Apresentação dos investimentos possíveis e compatíveis com a realidade econômico-financeira do Município, em até 30 dias após a emissão do primeiro relatório;
 - iii. Preparação do processo e acompanhamento, data imediatamente posterior à aprovação pela Administração da proposta de projeto de financiamento/

3.3. Dos Resultados Esperados:

- a) Apuração realista das necessidades municipais para a correta alocação dos esforços em conseguir financiamento;
- b) Apresentação de projeto apropriado à realidade e carência municipal, de acordo com os levantamentos prévios realizados;
- c) Agilidade nos processos e atividades executadas;
- d) Melhor controle das necessidades dos setores de atuação da Administração perante a população, possibilitando um melhor conhecimento da situação econômica, financeira, social e técnica do Município;
- e) Melhoria da eficiência municipal na entrega de bens e serviços à população, bem como, melhor qualidade de tais benefícios à sociedade;
- f) Melhoria na capacidade de gestão de projetos e gestão financeira;
- g) Execução dos projetos de acordo com o planejamento voltado à área identificada;
- h) Captação de recursos financeiros com instituição financeira;
- i) Implantação dos projetos realizados para a captação dos recursos;
- j) Entre outros relacionados ao objeto contratado.

4. VALOR ESTIMADO

4.1 - A presente contratação tem o valor global estimado em R\$ 176.000,00 (Cento e Setenta e Seis Mil Reais), com pagamentos divididos da seguinte forma:

- a) 60% do valor global contratado divididos em 04 parcelas mensais, sucessivas e iguais pagas nas seguintes etapas:
 - 1. Relatório de Levantamento de Dados;
 - 2. Apresentação do Pré-projeto para aprovação;
 - 3. Apresentação do Projeto;
 - 4. Protocolo na instituição.

*Se o contratado finalizar os serviços antes, serão adiantados os pagamentos com a conclusão das etapas e aprovação do projeto.

- b) 40% do valor global contratado, pago em parcela única após a aprovação do projeto pela instituição financeira destinatária.



4.1.1 - O valor estimado foi encontrado através de pesquisas em outros Municípios, considerando ainda os valores praticados neste Município em exercícios anteriores.

4.2 - Para a contratação nos valores especificados acima fica reservada a seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento aprovado para 2022:

02.02.01.00.04.122.4001.00.2.105.3.3.90.39.99.0010 – F32/2 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4.2.1 – As dotações acima são referentes à LOA já aprovada para o ano de 2022.

4.3 - Os pagamentos serão realizados em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal, acompanhada das certidões que tratam o art. 29 da Lei 8.666/93, conforme parcelas descritas no item 4.1 acima.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

5.1 – As obrigações da contratante e contratada serão as dispostas na minuta de contrato.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 – Além da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira descritas na Lei 8.666/93, art. 27 e seguintes, para comprovação da qualificação técnica o interessado deverá demonstrar o seguinte:

a) Possuir equipe técnica integrada por profissionais com experiência no âmbito público e que comprove ter simultaneamente:

i. No mínimo 01 (um) Economista;

- O vínculo da equipe técnica pode ser comprovado através de carteira de trabalho, quadro societário e contrato de prestação de serviços;

b) Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, estabelecidas no termo de referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, demonstrando como parcela de maior relevância técnica a execução dos serviços relacionados abaixo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Economia - CORECON:

- Projeto BNDES Automático;
- Projeto BNDES FINEM – Modalidade Operação Direta;
- Projeto FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO, da Caixa Econômica Federal - CAIXA.

6.2 - Poderão ser juntados outros documentos que corroborem com a qualificação, tecnicidade e especialidade da empresa e da equipe técnica.

7. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O prazo para a execução dos serviços descritos no contrato será de 12 meses contados da data de sua assinatura;

7.2 – Os serviços serão executados na forma deste edital e seus anexos, independentemente de sua transcrição, sendo o objeto recebido de forma mensal através do relatório de serviços e nota fiscal, nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93.



8. DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

8.1 - A fiscalização do presente contrato será realizada pelo fiscal de contrato nomeado pela administração em ato próprio, o qual será responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, reporte de situações anômalas, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, entre outras competências disciplinadas por ato do Executivo.

8.2 - Em caso de desvios do objeto ou das obrigações assumidas, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93, a CONTRATADA poderá ser sancionada, após regular processo administrativo que respeite o contraditório e ampla defesa, com as penas previstas no art. 86 e seguintes da mesma Lei.

Monte Carmelo/MG, 09 de agosto de 2022.

Ana Paula Pereira
Secretária Municipal Fazenda

Iscleris Wagner G. Machado
Presidente da CPL



ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

Instrumento Contratual para a **Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante**, que entre si celebram o município de Monte Carmelo e a empresa

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG**, com sede à Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, na cidade de Monte Carmelo, estado de Minas Gerais, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.593.103/0001-78, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda Ana Paula Pereira, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº _____. _____. _____. residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa....., CNPJ/MF nº., Inscrição Estadual nº. Estabelecida na Rua, nº., na cidade de, Estado de, neste ato representada pelo seu (cargo na empresa), o Sr. (a) (Qualificação completa), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e de acordo com o que consta no Processo nº. 111/2022, relativo à Tomada de Preços nº 07/2022, têm entre si justo e acertado o presente instrumento particular de contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 – O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria na elaboração de projetos e orientações, buscando auxiliar o Município contratante na busca por



financiamentos com instituições oficiais e autorizadas pelo Governo a fim de propiciar a modernização da administração pública e/ou melhoria de infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante, nos termos do objeto detalhado no termo de referência constante no ANEXO I, do Edital de Tomada de Preços nº 07/2022.

2 – Este contrato fica vinculado aos termos do Edital da Toma de Preços nº. 07/2022, bem como a proposta apresentada pela contratada e seus anexos, constante do Processo nº. 111/2022

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

1 – O valor Global deste contrato é de R\$ _____ (_____), incluindo todos e quaisquer custos diretos e indiretos, inclusive todos os impostos incidentes sobre as notas fiscais emitidas e demais encargos, despesas com elaboração, aprovação e autorização para execução de projetos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários para entrega completa do objeto discriminado no Edital da Licitação.

O pagamento dos serviços da consultoria deverá ser da seguinte forma:

a) 60% do valor global (correspondente a R\$ _____) divididos em 04 parcelas mensais, sucessivas e iguais de R\$ _____ pagas nas seguintes etapas:

- a. Relatório de Levantamento de Dados;
- b. Apresentação do Pré-projeto para aprovação;
- c. Apresentação do Projeto;
- d. Protocolo na instituição.

*Se o contratado finalizar os serviços antes, serão adiantados os pagamentos com a conclusão das etapas e aprovação do projeto.

b) 40% do valor global (correspondente à R\$ _____), pago em parcela única após a aprovação do projeto pela instituição financeira destinatária.

2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis.

3 – Os preços excepcionalmente poderão ainda ser revistos, para mais ou para menos na superveniência da legislação federal, estadual ou municipal, ou de atos ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos que altere ou modifique as relações que as partes pactuaram inicialmente, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

4 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5 - Nenhum pagamento será efetuado à proponente vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

6 - O contratado tem a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



1 – Os serviços desta consultoria terão a seguinte abrangência:

2.1. Levantamento de dados para Diagnóstico:

- a) Prazo: 30 dias a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Metodologia: pedido de dados e documentos aos servidores municipais, análises econômico-financeiras e estruturais, consolidação de informações de acordo com as especificações a serem acostados ao projeto;
- c) Comprovante da Etapa: apresentação de relatório;

2.2. Elaboração e Definição do Projeto e sua Área:

- a) Prazo: 60 dias após o encerramento da etapa de diagnóstico;
- b) Metodologia: definição do programa de investimento mais adequado às necessidades identificadas; aplicação das regras específicas exigidas pela instituição financeira destinatária do projeto; e, aplicação de exigências contidas neste termo;
- c) Comprovante da Etapa: (i) apresentação de um pré-projeto em até 30 dias depois da fase de levantamento e, após aprovação pela administração, (ii) apresentação de projeto final em até 30 dias após a aprovação do pré-projeto para encaminhamento;

2.3. Preparação de Processo e Acompanhamento para Aprovação:

- a) Prazo:
 - i. 30 dias para preparação do processo e protocolo do projeto final;
 - ii. Do protocolo do projeto até o prazo máximo de vigência contratual ou a aprovação pela instituição, o que vier antes;
- b) Metodologia: orientações, saneamento de dúvidas, envio de informações procedimentais, diligências, entre outras;
- c) Comprovante da Etapa: saneamento de dúvidas, respostas a eventuais diligências, boletins de informação de andamento processual, etc.;

2.4. As etapas e condições acima descritas não impedem a contratada de realizar e empregar outros tipos de metodologias úteis ao resultado final dos serviços, bem como, que possam encurtar o prazo de entrega dos serviços, respeitando a qualidade exigida.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

1 - Os recursos para o pagamento das despesas relativas à execução do objeto, advêm do tesouro municipal oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

02.02.01.00.04.122.4001.00.2.105.3.3.90.39.99.0010 – F32/2 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

1- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as disposições da Lei 8.666/93.

2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Disponibilizar para a CONTRATADAS informações e documentos necessários para que a assessoria seja realizada em tempo hábil para cumprimento das obrigações contratuais e contábeis perante os órgãos de controle externo, sendo responsabilidade do CONTRATANTE penalizações por entregas intempestivas
- b) Disponibilizar servidores para tratar diretamente com a CONTRATADA, possibilitando uma celeridade no levantamento de informações, na elaboração do projeto e na conclusão dos serviços;
- c) Fiscalizar a execução contratual em cada liquidação da despesa através de seus servidores, gestor de contratos e gestores das secretarias vinculadas;
- d) Notificar a CONTRATADA execução de serviços em desconformidade com o objeto e metodologias descritas neste contrato, para que, sendo o caso, abrir processo para apurar eventuais irregularidades;
- e) Realizar o pagamento dos valores contratados de forma mensal, dentro do prazo estabelecido neste contrato, conforme condições de pagamento destacados na cláusula acima.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Prestar os serviços de maneira compatível com as regras contratuais, mormente quanto ao objeto (cláusula primeira) e à metodologia de prestação (cláusula segunda);
- b) Executar os serviços com técnica, mantendo equipe técnica preparada e especializada para assessorar o Município nas questões atinentes ao objeto;
- c) Manter a administração ciente dos andamentos e das etapas previstas neste termo e comunicar quanto à necessidade de providência específicas a cargo da CONTRATANTE;
- d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, obrigações assumidas, nem subcontratar, exceto em condições expressa e previamente autorizadas pela administração;
- e) Expedir todos os relatórios e formalizar projetos, bem como, juntar estes ou relatório de execução de serviços para comprovação dos serviços executados;
- f) Manter durante toda a execução contratual as condições de regularidade e habilitação que motivaram sua contratação, mormente quanto à equipe técnica especializada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
- 2. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- 3. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- 4. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este contrato.
- 5 Durante a sua vigência o contrato será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal requisitante ou por servidor devidamente autorizado para tal, representando o CONTRATANTE.
- 6. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas à Secretaria Municipal requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. Além do acompanhamento e da fiscalização, o gestor do contrato designado pela CONTRATANTE poderá, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

9. O obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratual, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

1 - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo, sendo destacadas as seguintes:

- a) advertência;
- b) multa, de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo de até 2 (dois) anos.

2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

- 2.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;
- 2.2 - Não manter a proposta, injustificadamente;
- 2.3 - Comportar-se de modo inidôneo;
- 2.4 - Fizer declaração falsa;
- 2.5 - Cometer fraude fiscal;
- 2.6 - Falhar ou fraudar na execução deste contrato.

3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula.

5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO



1. O inadimplemento de qualquer das obrigações ora estabelecidas, ensejará sua rescisão em conformidade com artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
2. A rescisão deste contrato poderá ser:
 - 2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias;
 - 2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
 - 2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - 3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 1.1 – Com fulcro nos art. 58, inciso III e 67 da Lei nº 8.666/1993, que impõe a administração o dever de fiscalizar a execução do contrato, combinado com a art. 55, XIII, da referida lei, o contrato exige a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certidão que comprove a regularidade fiscal junto às fazendas Municipal, Estadual e Federal antes da efetivação de cada pagamento aos contratados;
- 1.2 – Passa-se a exigência descrita acima a ser condicionante para o pagamento;
- 1.3 – Serão liberados os pagamentos dos contratados que já tiverem apresentado as certidões negativas supra transcritas, anteriormente, estando estas dentro do prazo de validade.
- 1.4 - A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE por intermédio de responsáveis especialmente designados, cabendo a este anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cabendo a estes a aceitação dos serviços e atesto das faturas.
- 1.5 – Além do acompanhamento e fiscalização dos serviços, os responsáveis designados poderão, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o estabelecido, sempre que essa medida se tornar necessária.
- 1.6 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA INDICAÇÃO DO GESTOR (A) DO CONTRATO

- 1 – O gestor do contrato será indicado pela secretaria/autarquia/órgão solicitante impreterivelmente no momento da elaboração do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2021-2024

1.As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Monte Carmelo - MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Monte Carmelo/MG, de de 2022.

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
CONTRATANTE

CONTRATADA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

Pela presente a Empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, outorga ao Sr. _____, CPF: _____, amplos poderes para representá-la junto à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, no processo licitatório acima identificado, inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações e responder administrativamente e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal
CPF



ANEXO IV

MODELO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇO

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sa., nossa Proposta relativa à Licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação. O preço, a ser considerado para fins de Licitação e Contrato, referido à data da abertura dos Documentos de Habilitação e Proposta, é de: R\$ ____ (____). Esses valores incluem todos os custos decorrentes da execução dos serviços referidos nesta proposta, como impostos, estadia, alimentação, combustíveis, funcionários e outros.

O prazo para execução dos serviços, conforme determinação do edital, iniciar-se-á da data da assinatura dos contratos e terá vigência de 12 (doze) meses.

Da Validade Da Proposta

A Empresa: _____, se compromete a assumir as obrigações decorrentes desta proposta pelo prazo de: ____ (____) dias. Após esse período, se por ventura o órgão quiser requerer a prestação dos serviços dispostos, deverá requisitar nova proposta para verificação dos valores dos serviços atualizados à época da requisição.

Sem mais para o momento, subscrevemos, Atenciosamente,

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal

CPF



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS
DA HABILITAÇÃO

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

A empresa:, inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu representante legal, portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº..... DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal
CPF



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

A Empresa:....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal
CPF



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

A Empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que conhece aceita integralmente os termos e condições da presente Licitação estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal
CPF



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE (EPP)

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

A Empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007. DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, _____, de _____ de 2022.

Representante legal

CPF



ANEXO IX
MODELO RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Processo nº: 111/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Edital nº: 07/2022

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se Contratação de Empresa para Execução de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Elaboração de Projetos e Orientações, Buscando Auxiliar o Município de Monte Carmelo na busca por Financiamentos com Instituições Oficiais e Autorizadas pelo Governo a fim de Propiciar a Modernização da Administração Pública e/ou Melhoria de Infraestrutura, conforme projeto a ser captado, realizando diagnóstico prévio dos projetos cabíveis ao Município nas área de arrecadação tributária, melhoria de serviços públicos, melhoria de infraestrutura, de acordo com a estrutura e capacidade de pagamento do ente contratante.

Senhor licitante: Visando comunicação futura entre o setor de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o presente recibo de entrega do edital e seus anexos e remeter à Comissão Permanente de Licitação pelo e-mail: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ: nº _____

Endereço _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Nome da Pessoa responsável para contato: _____

Declaro que recebemos através do acesso à página www.montecarmelo.mg.gov.br, nesta data, cópia do Edital e seus anexos, da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura